

INCENTIVO INSTITUCIONAL PARA PESQUISAS EM SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

há fomento ao protagonismo policial-militar na produção do conhecimento das Ciências Policiais?

*Sidcle Rodrigues do Amaral ***João Batista da Silva ***

RESUMO: O artigo analisa se há fomento institucional suficiente para sustentar o protagonismo do pesquisador policial-militar na produção do conhecimento das Ciências Policiais no Brasil, considerando a consolidação recente do campo e a necessidade de delimitação conceitual compatível com a ordem pública - entendida de modo abrangente, integrando segurança, tranquilidade e salubridade públicas. Parte-se do problema de que, embora as Ciências Policiais tenham obtido reconhecimento formal no país, a produção acadêmica sobre polícia e segurança ainda é majoritariamente conduzida fora das corporações, com impactos na aderência empírica e na aplicabilidade de parte dos estudos à práxis policial. O objetivo geral consiste em identificar a existência de programas e mecanismos institucionais de incentivo a pesquisas e publicações em Ciências Policiais nas Polícias Militares brasileiras. Metodologicamente, trata-se de pesquisa básica, descritiva e quantitativa, realizada por meio de *survey* com questionário semiestruturado encaminhado às Polícias Militares das unidades federativas e do Distrito Federal, no período de agosto a novembro de 2023. Os resultados indicam presença parcial e heterogênea de incentivos, com predomínio de instrumentos de divulgação, mas menor incidência de programas estruturados e de normativas de bonificação. Conclui-se que o fortalecimento do campo requer políticas institucionais estáveis de pesquisa, publicação e valorização funcional, alinhadas a um objeto científico suficientemente amplo para abarcar as dimensões centrais da preservação da ordem pública.

Palavras-chave: Ordem pública; Ciências Policiais; pesquisador policial-militar; fomento institucional; produção científica; polícias militares.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v8i22.312>

Recebido em 11 de julho de 2025

Aprovado em 30 de setembro de 2025

* Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3174-4490> - CV: <http://lattes.cnpq.br/5268316888510744>.

** Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3829-1822> - CV: <http://lattes.cnpq.br/8617007915492517>.



INSTITUTIONAL SUPPORT FOR PUBLIC SECURITY RESEARCH IN BRAZIL

Is there support for military police protagonism in the production of knowledge in Police Sciences?

ABSTRACT: This article examines whether institutional support in Brazil is sufficient to sustain the protagonism of the military police researcher in the production of Police Sciences knowledge, considering both the field's recent consolidation and a conceptual scope compatible with public order—understood broadly as integrating public security, public tranquility, and public health/sanitation. The study departs from the problem that, despite the formal recognition of Police Sciences, academic output on policing and security remains largely external to police organizations, which may reduce empirical adherence and operational applicability. The main objective is to identify the existence of institutional programs and mechanisms that encourage research and publications in Police Sciences within Brazilian Military Police forces. Methodologically, this is basic, descriptive, quantitative research conducted through a survey using a semi-structured questionnaire sent to Military Police forces across the federative units and the Federal District between August and November 2023. Findings show partial and uneven incentives: dissemination channels are relatively widespread, while structured programs and formal reward/bonification rules are less frequent. The article concludes that strengthening the field requires stable institutional policies for research, publication, and career valorization, aligned with a scientific object broad enough to encompass the core dimensions of public order preservation.

Keywords: public order; police sciences; military police researcher; institutional support; scientific production; military police forces.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, intensificou-se no Brasil a produção acadêmica sobre violência, crime e políticas públicas, com repercussões diretas no debate sobre segurança e atuação policial. Nesse processo, consolidou-se um movimento de reconhecimento de domínios profissionais como campos legítimos de investigação científica. No caso das Ciências Policiais, a institucionalização ganhou marco relevante com a homologação, pelo Ministério da Educação, do Parecer CNE/CES nº 945/2019, que votou favoravelmente à inclusão das Ciências Policiais como área de conhecimento no rol das ciências estudadas no país (Brasil, 2020; Parecer CNE/CES, 2019).

Apesar desse avanço, permanece uma assimetria no ecossistema de produção do conhecimento: grande parte das pesquisas sobre a temática policial e seus efeitos sociais foi conduzida, historicamente, por campos consolidados das ciências humanas e jurídicas, frequentemente com ênfase nas causas e consequências do fenômeno da violência e menor centralidade da práxis policial, de seus processos internos e de seus critérios de decisão. Esse deslocamento tende a limitar a densidade empírica e a aderência operacional de parte da literatura, sobretudo quando não incorpora, de modo sistemático, a perspectiva de quem executa a função policial e conhece seus constrangimentos institucionais, normativos e situacionais (Silva Júnior et al., 2022).

A emergência das Ciências Policiais, nesse sentido, não se confunde com exclusivismo corporativo, mas com a necessidade de estruturar um campo aplicado que articule rigor acadêmico e experiência profissional, produzindo conhecimento relevante, validável e transferível para o aperfeiçoamento institucional. A participação do pesquisador policial, especialmente no âmbito das Polícias Militares, em razão da capilaridade territorial e da centralidade constitucional de sua atuação, é estratégica para reduzir o hiato entre teoria e operação, sem excluir contribuições externas, indispensáveis à crítica, ao controle democrático e à interdisciplinaridade.

Todavia, a consolidação do campo depende não apenas de reconhecimento formal, mas também de delimitação conceitual consistente do seu objeto e de condições institucionais que viabilizem a pesquisa. Nesse ponto, evidências doutrinárias sugerem que restringir o debate das Ciências Policiais ao “campo da segurança pública” pode ser insuficiente e, em certa medida, incongruente com formulações que posicionam a ordem pública como conceito mais abrangente, articulando segurança, tranquilidade e salubridade públicas. Nessa linha, Lazzarini sustenta que a ordem pública é efeito de causas como segurança, tranquilidade e salubridade públicas, o que repercute diretamente no desenho de agendas de pesquisa e na legitimidade para investigar fenômenos cotidianos da preservação da ordem, muitas vezes predominantes no trabalho policial-militar (Lazzarini, 1999, p. 53, *apud* De Marchi et al., 2025).

Se o horizonte de investigação for artificialmente estreitado, abre-se um risco epistemológico e prático: áreas críticas para a profissionalização e para a melhoria do serviço público,

como gestão de conflitos de baixa intensidade, regulação de usos do espaço, prevenção situacional, proteção comunitária, saúde ambiental e rotinas de tranquilidade pública, podem perder densidade investigativa justamente por carecerem de fomento e de protagonismo dos profissionais mais próximos desses fenômenos. Assim, discutir fomento, incentivos e mecanismos de publicação não é um tema periférico; trata-se de variável estruturante para que o campo avance com coerência interna, relevância social e capacidade de inovação.

É nesse contexto que se formula o problema desta pesquisa: há, nas Polícias Militares brasileiras, programas e mecanismos institucionais que incentivem pesquisas e publicações no domínio das Ciências Policiais, compreendido de modo compatível com a amplitude da ordem pública, e que favoreçam o protagonismo do pesquisador policial-militar? A pergunta orientadora do estudo, portanto, é: existem programas de incentivo a pesquisadores policiais nas Polícias Militares no Brasil?

O objetivo geral consiste em identificar a existência de programas de incentivo a pesquisas e publicações na área das Ciências Policiais no âmbito das Polícias Militares brasileiras. Como objetivos específicos, o estudo busca: (i) mapear a presença de projetos/programas de incentivo à produção acadêmica; (ii) verificar a existência de normas de bonificação (especialmente por critérios de promoção) associadas à produção científica; e (iii) identificar mecanismos institucionais de divulgação (revistas, repositórios, sites e outros). A relevância da investigação decorre da persistência de lacunas de incentivo e de uma participação ainda incipiente de pesquisadores policiais como produtores centrais de conhecimento aplicado ao aperfeiçoamento institucional, embora a produção na área venha se ampliando desde os anos 1980 (Batista Silva, 2018).

Metodologicamente, trata-se de pesquisa de natureza básica, com objetivos descritivos e abordagem quantitativa, operacionalizada por pesquisa de campo do tipo *survey*, mediante questionário semiestruturado aplicado às Polícias Militares das 26 unidades federativas e do Distrito Federal, no período de agosto a novembro de 2023. Os dados foram tratados por estatística descritiva (frequências e proporções), permitindo visualizar padrões de incentivo, lacunas normativas e arranjos de divulgação no conjunto das corporações participantes.

Além desta introdução, o artigo organiza-se em quatro seções: referencial teórico (com ênfase na consolidação das Ciências Policiais e na delimitação do objeto em diálogo com a noção de ordem pública), procedimentos metodológicos, análise e discussão dos resultados e, por fim, considerações finais, com síntese dos achados, limitações e recomendações para o fortalecimento do fomento institucional e do protagonismo do pesquisador policial-militar no desenvolvimento das Ciências Policiais no Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As Ciências Policiais surgem como uma área nova do conhecimento científico dentro de um campo mais abrangente – o da Segurança Pública – e compreendem, dentro de um círculo menor, especificamente, todo o conhecimento produzido – e também aquele apropriado de outras áreas do conhecimento humano – pelos que integram as variadas agências policiais, porque é dirigido ao exercício qualificado da atividade policial (Silva Júnior, 2022).

Nessa perspectiva, outros pesquisadores tanto civis como policiais (especialmente os policiais militares), entendem a Segurança Pública como um área de conhecimento bem mais abrangente, conforme defendeu Lazzarini (1999, p. 53, *apud* Marchi; Bovi; Dutra; Marcineiro, 2025), teorizando que “Ordem pública é efeito da causa segurança pública, como também é efeito da causa tranquilidade pública ou, ainda, efeito da causa salubridade pública”.

Ainda nesse contexto, caso restringamos o interesse das Ciências Policiais à área da Segurança Pública, isso poderia implicar que os pesquisadores policiais (sobretudo os militares, dada à importância constitucional, abrangência e capilaridade social de sua atuação profissional) perderiam ou sequer poderiam buscar a legitimidade ou protagonismo de investigar outros elementos da *ordem pública*, como *tranquilidade pública*, *salubridade pública* etc (Marchi; Bovi; Dutra; Marcineiro, 2025).

Acerca da gênese e da dimensão histórica da identidade das Ciências Policiais no mundo, Gomes (2022, p. 42) relata:

Se quisermos situar historicamente o surgimento da expressão “ciências policiais”, podemos afirmar que ela remonta ao século XVIII. Nessa época, este ramo era considerado como a ciência do governo, ou a ciência da felicidade, conceito que abrangia quase todas as tarefas da governação. Na segunda metade do séc. XIX, o que restou desse conceito inicial foi uma vertente política da ciência policial, mas tarde completada com uma vertente criminológica.

No Brasil, o florescimento das Ciências Policiais teve início um tanto tardio uma vez que, até o final do século XIX havia uma falta de cultura educacional policial em todo o território brasileiro, e os saberes dos corpos policiais eram provenientes de instruções e treinamentos rudimentares que eram transmitidos, via de regra, de forma oral, advindos da doutrina militar portuguesa e da doutrina militar francesa. Os saberes produzidos, mesmo precariamente nas organizações policiais, no final do século XIX, só começaram a ser institucionalizados a partir da primeira década do século XX, quando se inicia um processo de letramento. Isso porque é somente a partir daí que surgem no Brasil as escolas precursoras de polícia sendo uma das pioneiras a da Força Pública do Estado de São Paulo e a da Força Pública do Estado de Minas Gerais, ambas por volta de 1910 (Silva, 2022).

A Lei Estadual 1.244, de 27 de dezembro de 1910 regulamentou a Força Pública e criou a “Companhia Escola” para instrução de recrutas e candidatos a cabo da arma de infantaria, o “Curso de Instrução Geral” para oficiais e inferiores e o “Curso Especial de Instrução Militar” – esse ainda não se tratava do Curso Especial Militar que originou o atual Curso de Formação de Oficiais da Academia do Barro Branco (Almeida, 2009).



Silva (2022) acrescenta que na área da polícia judiciária foram criados, em 1907, no Estado do Rio de Janeiro, cursos que institucionalizavam, ainda que de forma precária, o treinamento de agente de polícia civil para o exercício da atividade laboral policial. Cursos da mesma espécie também foram implantados em 1910, no Estado do Pará. O supracitado pesquisador ainda faz o seguinte resgate histórico:

A primeira *Escola de Polícia Civil* só foi criada, efetivamente, em 02 de fevereiro de 1912, sob a administração do Dr. Belisário Távora, sendo ministradas na referida escola as cadeiras de Criminalística, Direito Penal, Processo Penal e Polícia Administrativa, Administração Judiciária, Fotografia Judiciária, Elementos de Medicina Legal e Assistência de Urgência, tendo essa formalização sido destaque, não apenas no Brasil, mas nos países da América do Sul, inclusive na Europa (Silva, 2022, p. 74).

As Ciências Policiais foram reconhecidas como uma das áreas de conhecimento e saber junto ao Ministério da Educação através do Parecer CNE/CES nº 945/2019, publicado no Diário Oficial da União, de 09 de junho de 2020. Esse entendimento foi assentado em resposta à proposição provocada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, o qual através do Ofício nº CPRV-302/01/17 (constante no Processo nº 23123.007756/2017-45), solicitou o encaminhamento de proposição à Câmara de Educação Superior para incluir as Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no país.

O Relator do Parecer destacou que, em 2002, o Conselho Nacional de Educação (CNE), já havia inserido as Ciências Militares no rol das ciências estudadas no Brasil, através do Parecer CNE/CES¹ 1.295/2001, publicado no Diário Oficial da União em 26 de março de 2002. Tal reconhecimento suscitou a oferta de programas *stricto sensu* em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), autorizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior² (CAPES) e credenciados pelo CNE. No mesmo diapasão, o Parecer CNE/CES nº 147, de 4 de abril de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 15 de maio de 2017, conferiu cientificidade aos assuntos relacionados à área de defesa. Portanto, já havia uma atmosfera benfazeja para que as Ciências Policiais galgassem o status de área de saber.

Antes mesmo disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992) já previa a existência de um sistema de ensino militar, admitindo a equivalência de estudos, que foi estatuído pela Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, a qual dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro, prevendo cursos em nível de pós-graduação, no seu artigo 9º, § 2º.

Por seu turno, e em decorrência de tais normativas, a Marinha e a Aeronáutica também possuem leis que dispõem sobre o ensino militar a nível de pós-graduação. E, nesse mesmo diapasão, diversas corporações policiais e de corpos de bombeiros militares estaduais possuem leis que

¹ Conselho Superior de Educação. Órgão do Ministério da Educação (MEC).

² Autarquia do MEC que rege os programas de Pós-graduação, *stricto sensu* (mestrados e doutorados, sejam eles acadêmicos ou profissionais).

reconhecem seus Cursos de Formação de Oficiais como equivalentes a cursos superiores na área da Segurança Pública e possuem programas de cursos de pós-graduação (Silva, 2022).

De fato, as Ciências Policiais surgiram da necessidade de se atender a demanda pela cientificidade nas discussões acerca da natureza, objetivos e consequências da atividade policial na sociedade.

Nesse sentido, Pereira (2015, p. 17) assevera com propriedade que “a atividade policial tem constatado sistematicamente certos problemas para os quais nenhuma outra Ciência lhe pode socorrer com conhecimentos adequados”.

Balestreri (2003, p. 104) pondera:

Há uma dimensão que nos é muito cara e que deve estar presente durante todo e qualquer trabalho temático: a reflexão crítico-criativa sobre o dia a dia do agir policial à luz dos princípios da promoção da cidadania do próprio policial e da sociedade por ele beneficiada. Os docentes devem estar abertos permanentemente para facilitar o estabelecimento de “pontes” entre o que está sendo debatido e a prática policial, coletando esses elementos a partir do que expressa o grupo.

Silva (2021) ressalta que não foi ao acaso que surgiram as Ciências Policiais, pois houve a necessidade de aprimoramento das instituições, devido às mudanças estabelecidas em sociedade com os crescentes amadurecimentos, principalmente das noções dos Direitos Humanos.

Bernardes (2021) reforça a justificativa de haver uma Ciência própria que se ocupe da reflexão das agências policiais e de seus integrantes quando defende que é fundamental entender a dinâmica das instituições policiais em seus pormenores para uma ampla compreensão não apenas do trabalho policial, mas também da condição de vida desses agentes públicos.

Sobre o aumento das pesquisas acadêmicas na área das Ciências Policiais, o policial-pesquisador Silva (2017) leciona que a partir da primeira década deste milênio teve início uma intensificação das pesquisas acadêmicas nas universidades brasileiras acerca da atuação das polícias, sobretudo em relação ao fenômeno da violência e criminalidade em âmbito nacional. Não obstante já vinham sendo realizados estudos nas academias de polícia, especialmente as militares, com algum grau de amadurecimento acadêmico, desde os anos 1980 (Espírito Santo Júnior; Meireles, 2022).

Como já dito na primeira seção, o presente estudo busca saber se existem programas para o incentivo de pesquisas e publicações na área das Ciências Policiais nas corporações policiais militares brasileiras. A tese dos próprios policiais tomarem às rédeas dos estudos das Ciências Policiais é também defendida por Reis (2021, p. 130), que é pesquisador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP), o qual afirma “ser urgente pensar no aprimoramento do saber e do fazer policial militar, a fim de garantir maior legitimidade científica às ações e operações policiais militares”.



De modo incisivo, Braga (2022) pontua que a polícia atua com o respaldo científico, que está sendo perquirido no cotidiano da prática policial, bem como com os prováveis melhores resultados decorrentes dessa ciência conducente a uma maior qualidade do serviço prestado. E o mesmo autor destaca:

Portanto, o detalhamento de alguns temas que permeiam a ciência da comunicação procura incentivar a polícia e os policiais a democraticamente ocupar o seu espaço de construção de narrativas, com ênfase no meio acadêmico, fazendo com que os pesquisadores como quaisquer membros das comunidades, conheçam e participem do processo de problemas comunitários (Braga, 2022, p. 235-236).

Observa-se que não há muito material bibliográfico sobre o assunto da presente pesquisa, havendo na literatura pátria algumas obras que versam sobre Segurança Pública e Ciências Policiais.

Da mesma forma, constata-se que há uma visível lacuna no que diz respeito à existência de obras cuja matéria seja especificamente a atuação de pesquisadores policiais como principais produtores dos conhecimentos das Ciências Policiais. Silva (2020) defende que é imperioso que as forças de segurança pública, em especial, as polícias militares, passem a atuar exclusivamente por meio de protocolos institucionais, o que, gradativamente, promoveria a profissionalização das corporações policiais. Em ato contínuo, os desdobramentos da adoção dessa agenda institucional poderiam possibilitar a criação de uma agenda política para atender as diversas demandas sociais de segurança pública, entre elas, minimizar os altos índices de homicídios no Brasil e, conseqüentemente, a letalidade e a vitimação policial (Batista da Silva; Lopes da Silva Júnior, 2021; Silva; Almeida, 2022).

Nesse contexto, defende-se que a Polícia é um ente político e, portando, sua atuação só deve ser analisada, também sob esse viés, sob pena de suas ações ultrapassarem o limite do democraticamente aceitável. Logo, essa discussão acadêmica não pode ser restrita aos próprios policiais. Entretanto, os equipamentos, métodos de atuação, processos de realização da tarefa, estruturação organizacional e outros quesitos da atividade profissional policial, que dependem de aprimoramento científico, daí portanto, a obrigatoriedade e necessidade dessa produção e difusão (Batista Silva, 2018), só pode ser feito por aqueles que sejam capazes de identificar detalhes que são próprios dos profissionais da área. Precisa do olhar policial para aprimorar o objeto em estudo, coisa que outro não poderia fazê-lo, sobretudo com a proficiência de um policial, por não ter vivenciado o objeto (Marcineiro; Pontes; Oliveira; Silva (2025).

Os autores citados buscam dirimir a dúvida se a sociedade civil, por meio dos seus acadêmicos-pesquisadores, tem competência para abordar com proficiência os assuntos afeitos às Ciências Policiais, sendo, portanto, essa é uma questão fundamental e epistemológica para o aprimoramento dessa área do saber.

De volta às lições de Silva Júnior (2022), as Ciências Policiais podem ser compreendidas como sendo uma área de conhecimento de base multidisciplinar cujos estudos são dirigidos para os temas relativos à segurança pública, à problemática da violência e da criminalidade, à manutenção da

ordem pública e à aplicação da lei. Em suas pesquisas são analisadas as instituições policiais e seus princípios como também as estratégias adotadas no cumprimento de seus deveres constitucionais. Destarte, as Ciências Policiais possuem o condão de apresentar uma compreensão aprofundada acerca da atividade policial e seu impacto na sociedade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, pois busca produzir conhecimento através de uma pesquisa formal acerca do protagonismo de pesquisadores policiais na área das Ciências Policiais. Como leciona Silva (2015, p. 50), a pesquisa básica “é aquela que procura o progresso científico, a ampliação dos conhecimentos teóricos, sem a preocupação de utilizá-lo na prática”.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa terá caráter descritivo, pois procura apontar quais corporações policiais militares possuem programas de incentivo para que seus integrantes realizem pesquisas e publicações na área das Ciências Policiais, assim como busca descrever como esses programas de incentivo são efetivados. Rondon Filho e Sandes (2022, p.162) explicam a pesquisa descritiva nos seguintes termos:

A pesquisa descritiva conduz o pesquisador a detalhar e descrever o seu estudo a partir de levantamento de informações, sempre fundamentadas em técnicas que possibilitem a retratação de minúcias, como entrevistas, questionários, observação etc. Após a coleta se deve analisar o material coletado com profundidade nos conhecimentos existentes sobre o tema pesquisado que, normalmente, já é muito conhecido. Aliás, o aprofundamento dos conhecimentos sobre o tema é o objetivo da pesquisa. Também, na descrição o pesquisador é observador que não interfere no objeto, e sim, busca pela descrição, a veracidade pretendida com a pesquisa.

O procedimento metodológico escolhido é a pesquisa de campo, a qual segundo Lakatos (2003, p. 186) “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar [...]”. Esse procedimento foi adotado por se tratar de uma pesquisa a ser feita com todas as instituições de Polícia Militar do Brasil.

Em relação à técnica de coleta do material empírico, a pesquisa será do tipo *survey*, consistindo num questionário semiestruturado, confeccionado na plataforma *Google Forms*, link <https://forms.gle/KQUXXzo4g6KTPzdA>, contendo 06 (seis) perguntas objetivas e 02 (duas) perguntas subjetivas decorrentes.

Sobre esse tipo de pesquisa, vale destacar o seguinte parecer de Babbie (1999, p. 47): “Finalmente, métodos de pesquisa *survey* facilitam a abertura da ciência. Já que a pesquisa de *survey* envolve a coleta e a quantificação de dados, os dados coletados se tornam fonte permanente de informações”.



Do ponto de vista da abordagem, o estudo em pauta caracteriza-se como abordagem quantitativa, que segundo Menegat e Moreira (2021, p. 44) “é aquela que trabalha com dados estatísticos, transforma em números os dados e as informações coletados para serem categorizados e analisados”.

Todavia, não obstante a pesquisa quantitativa possuir uma observação sistemática, ela também não deixa de ser aberta a uma reflexão autocrítica. Nessa mesma direção, Rondon Filho e Sandes (2022, p. 159) afirmam que “quanto à pesquisa quantitativa, [...] mesmo sendo numérica, exige uma interpretação qualitativa de discurso, com a finalidade de estabelecer uma base para autocrítica, demarcar uma prática boa ou ruim, ganhar credibilidade e servir como um instrumento didático”.

Ainda sobre a abordagem quantitativa, Pereira, *et al.* (2018, p. 69), ensinam que nos métodos quantitativos, faz-se a coleta de dados quantitativos ou numéricos por meio do uso de medições de grandezas e obtém-se por meio de metrologia, números com suas respectivas unidades. Estes métodos geram conjuntos ou massas de dados que podem ser analisados por meio de técnicas matemáticas como é o caso das porcentagens, estatísticas e probabilidades, métodos numéricos e métodos analíticos e geração de equações e/ou fórmulas matemáticas aplicáveis a algum processo.

A hipótese considerada neste estudo é a existência de programas de incentivo para pesquisadores policiais nas Polícia Militares brasileiras.

Participaram da pesquisa as 26 (vinte e seis) instituições de Polícia Militar dos Estados e a instituição de Polícia Militar do Distrito Federal.

Destarte, os sujeitos participantes da pesquisa ou informantes serão os Comandantes-Gerais das Corporações policiais militares das 27 (vinte e sete) unidades federativas do Brasil ou os seus respectivos órgãos de assessoramento, geralmente, o próprio gabinete do comando geral ou diretorias de ensino e academias, que recebem essas pesquisas do comando, respondem diretamente ou munem o órgão gestor de tais informações³.

Para que o questionário semiestruturado (Apêndice A) fosse remetido às instituições participantes, o autor deste estudo solicitou autorização ao Comandante Geral da Polícia Militar do estado do Rio Grande do Norte a fim de que, por meio de e-mail institucional, fosse permitido o contato e o envio do aludido instrumento de coleta de dados para todos os gestores das Polícias Militares brasileiras, para que tivessem acesso ao questionário semiestruturado na plataforma *Google Forms* por meio do *link* <https://forms.gle/KQUXXzo4g6KTPzdA>.

Por fim, a pesquisa foi realizada no período compreendido entre os meses de agosto e novembro de 2023.

³ Essa ressalva, *a priori*, é feita a partir da realidade da PMRN, que quando é demandada acerca de temáticas educacionais, remete tal documento à Diretoria de Ensino. Na Polícia Militar de Minas Gerais, por exemplo, o órgão gestor de ensino é a Academia de Polícia. Não há, portanto, Diretoria de Ensino.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Perfil dos participantes

Os respondentes da pesquisa são os gestores das instituições policiais militares das unidades federativas, ou seja, os Comandantes-Gerais das Polícias Militares brasileiras. Das 27 (vinte e sete) corporações para as quais foi enviada a pesquisa, verificou-se que 20 (vinte) Comandantes-Gerais responderam ao questionário, ou seja, 74% dos gestores.

Destarte, responderam ao questionário os dirigentes das Polícias Militares das seguintes unidades federativas: Alagoas (AL), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Maranhão (MA), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraíba (PB), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Rondônia (RO), Roraima (RR), Sergipe (SE), São Paulo (SP) e Tocantins (TO).

Por outro lado, deixaram de responder os gestores das Polícias Militares dos seguintes estados: Acre (AC), Amapá (AP), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Rio de Janeiro (RJ) e Santa Catarina (SC).

Analisando os respondentes por região brasileira, verificou-se que 45% são da região Nordeste, 25% são da região Norte, 10% são da região Centro-Oeste, 10% são da região Sudeste e 10% são da região Sul.

Referente ao percentual de respondentes dentro de cada região brasileira, verificou-se que no Nordeste o percentual foi de 100%, ou seja, todos os gestores das Polícias Militares desses estados enviaram a resposta do questionário. As demais regiões ficaram da seguinte forma: 66,6% na região Sul, 57,1% na região Norte, 50% na região Centro-Oeste, 50% na região Sudeste.

Para melhor compreensão dos resultados da pesquisa, na presente seção, sempre que forem mencionadas as corporações policiais militares brasileiras, está sendo feita referência àquelas instituições cujos gestores responderam ao questionário semiestruturado.

4.2 Análise da existência de projeto ou programa de incentivo à produção acadêmica para os policiais militares

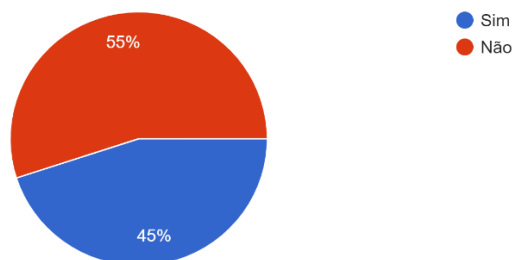
A primeira pergunta do questionário tinha o objetivo de identificar qual unidade federativa pertencia o participante gestor. A segunda pergunta procurava saber quais Polícias Militares possuem algum projeto ou programa de incentivo à produção acadêmica, conforme Figura 1.



Figura 1 – Percentual de PMs com incentivo à produção acadêmica para seus membros

2 - Senhor Comandante, na Corporação sob o vosso comando, existe algum projeto ou programa de incentivo à produção acadêmica para os policiais militares?

20 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Neste ponto verifica-se que a hipótese da pesquisa foi confirmada, embora em parte, dado que existem programas de incentivo para pesquisadores policiais nas Polícias Militares brasileiras para pouco mais da metade das corporações.

Observou-se, portanto, que 55% das Corporações, ainda não possuem algum projeto ou programa que motive os policiais militares a produzirem obras na área das Ciências Policiais, enquanto que 45% das Polícias Militares elencadas, entre os respondentes, afirmaram ter algum projeto ou programa de incentivo à produção acadêmica dos integrantes da Corporação.

Como extensão dessa questão, foi perguntado somente às instituições que responderam sim, de que forma esse projeto ou programa é efetivado e que incentivos existem.

Como resposta, constatou-se que a Polícia Militar do estado da Bahia possui uma revista científica intitulada de *Revista PMBA em Foco: Ciência Policial e Cidadania*, tendo como público-alvo integrantes da instituição policial militar – Oficiais e Praças –, além de estar aberta a colaborações de integrantes de outras Corporações e da comunidade acadêmica nacional e internacional, nas editorias de Segurança Pública, Administração, Saúde e Bem-Estar, Comunicação, Direito e Ciências Sociais. A *Revista PMBA em Foco* tem como fundamento divulgar perspectivas inovadoras e assuntos de áreas diversas, relevantes para a instituição e tem periodicidade trimestral. Apesar de tudo, não há incentivos para os integrantes daquela Polícia Militar produzirem obras, posto não existir fonte de financiamento à pesquisa.

Por sua vez, a Polícia Militar do estado do Mato Grosso do Sul possui um programa de incentivo que foi efetivado através da Portaria nº 113/PM-1/EMG/PMMS de 30 de março de 2021, na qual o policial militar tem seu Trabalho Técnico-Profissional (TTP) reconhecido, sendo recompensado com pontuação computada na respectiva ficha de promoção para fins de ascensão na carreira.

Outrossim, a Polícia Militar do estado de Minas Gerais possui um programa de incentivo para os membros da Corporação. Trata-se do Programa de Capacitação de Recursos Humanos da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, contemplando bolsas de mestrado e doutorado em

parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUCMG) e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS).

A Polícia Militar alagoana possui o Grupo de Estudos Estratégicos em Segurança Pública da Polícia Militar de Alagoas (GEESP/PMAL), com trabalho voltado à pesquisa e elaboração de artigos científicos de interesse da Corporação.

A Polícia Militar do estado de Pernambuco possui um programa de incentivo à produção acadêmica com atribuição de pontos na Ficha de Pontuação Objetiva (FPO) durante o período de concorrência de promoção por merecimento.

A Polícia Militar do estado do Pará (PMPA) tem um programa de incentivo que adota um critério na pontuação na ficha de avaliação de potencial experiência profissional, permitindo que o Policial Militar fique melhor colocado para promoção por merecimento. Vale enfatizar que a PMPA está na vanguarda das Polícias Militares brasileiras no fomento das Ciências Policiais. Isso porque a PM paraense criou em sua estrutura administrativa a 8ª Seção do Estado-Maior Geral, voltada à pesquisa das Ciências Policiais. Além disso, possui uma revista científica denominada PMPA em Revista, que é um periódico de Ciências Policiais relacionado às áreas do saber com a atividade policial militar. Essa revista científica foi o instrumento que o Alto Comando da PMPA idealizou para reunir e divulgar os trabalhos científicos produzidos por policiais militares paraenses (de conclusão de curso de formação, monografias de especialização *lato sensu*, dissertações de mestrado e teses de doutorado), trabalhos esses cuja temática está relacionada às questões prementes de segurança pública do estado, e particularmente, da Polícia Militar do Pará.

Na Polícia Militar de Rondônia, existem parcerias e convênios com diversas instituições, tais como o Instituto Federal de Rondônia e a Escola da Magistratura, visando promover especialização *lato sensu* ao efetivo de policiais militares do Estado de Rondônia.

A Polícia Militar do Ceará possui um projeto efetivado por meio da Portaria nº 036/2009-GC, a qual trata das Normas Complementares que regulam a Produção, a Análise e a Aprovação de Trabalhos de Contribuição Técnico-Profissional no âmbito da Polícia Militar do Estado do Ceará.

Por fim, a Polícia Militar do Rio Grande do Sul informou que possui um programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Militares de Polícia Militar.

4.3 Análise sobre a existência de bonificações para os policiais militares que produziram trabalhos científicos

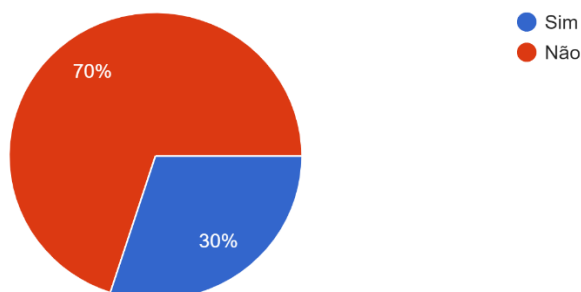
Em relação a esse ponto, primeiramente, foi perguntado aos participantes da pesquisa se na Corporação que comandam existe alguma legislação que bonifica os policiais militares que produziram trabalhos científicos. A resposta pode ser vista na Figura 2.



Figura 2 – Percentual de PMs que dispõem de norma para incentivo à produção acadêmica

3 - Na vossa Corporação existe alguma legislação que bonifica os policiais militares que produziram trabalhos científicos?

20 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Como se depreende do gráfico, 70% dos respondentes afirmaram que não existe legislação que bonifique os profissionais, ao passo que 30% afirmaram que sim. A fim de esclarecer melhor a questão, foram feitas mais duas perguntas decorrentes.

A primeira pergunta decorrente procurava saber que tipo de bonificação a lei bonificadora prevê. Os Comandantes-Gerais dos estados da Bahia, Tocantins, Maranhão, Pernambuco, Pará, Ceará e Rio Grande do Norte responderam que o benefício previsto em legislação consiste em atribuir pontuação positiva para fins de promoção por cada contribuição de caráter técnico-profissional, proveniente de trabalho técnico-científico, desde que julgado de interesse institucional pela comissão de promoção.

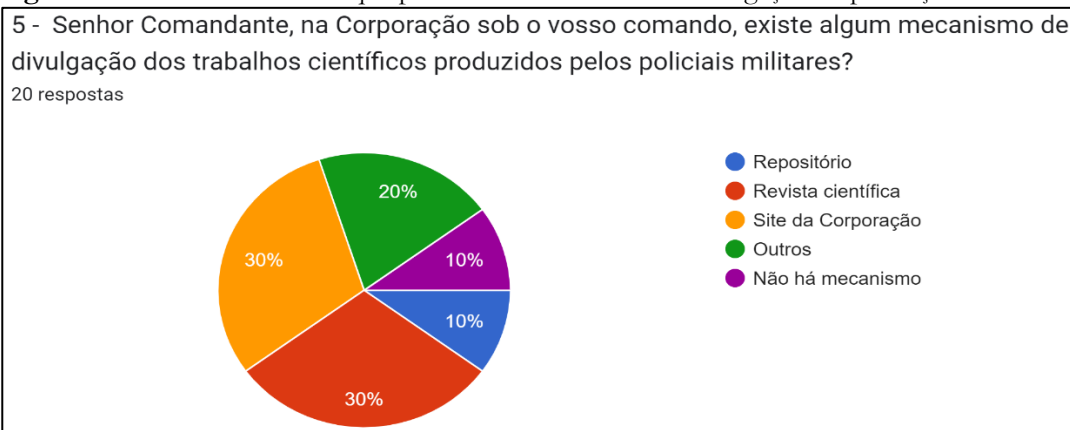
A segunda pergunta decorrente procurava saber se havia alguma distinção para Oficiais e Praças. A esmagadora maioria, 88,2%, respondeu que não, enquanto que 11,8% respondeu que há diferenciação entre os bonificados do Círculo de Praças e do Círculo de Oficiais. Nesse caso, apenas a PM da Bahia e a PM do Rio Grande do Norte informaram haver distinção entre Praças e Oficiais na legislação que bonifica policiais militares.

Outrossim, ainda sobre o assunto relativo às bonificações, foi perguntado aos gestores se na Corporação que comandam, a Lei de Promoção de Oficiais e/ou a Lei de Promoção de Praças estabelece algum critério de pontuação para policiais militares que produzam trabalhos científicos, excetuando-se aqueles produzidos obrigatoriamente na instituição (CFP, CFS, CAS, CFO, CAO, CSP). Dessa vez, 60% dos participantes responderam que sim, à medida que 40% disseram que não.

4.4 Análise sobre a existência de mecanismos de divulgação dos trabalhos científicos produzidos pelos policiais militares

A Figura 3 apresenta dados que respondem à pergunta da pesquisa relativa à existência de mecanismos de divulgação dos trabalhos científicos produzidos pelos policiais militares.

Figura 3 – Percentual de PMs que possuem mecanismos de divulgação de produção acadêmica



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Observa-se que a maioria das Corporações respondentes (90%) possui algum mecanismo para a difusão das obras científicas de seus policiais militares. Assim, analisando as respostas dos gestores, destaca-se que existe uma revista científica nas Polícias Militares dos estados da Bahia⁴, Minas Gerais⁵, Pará⁶, Rio Grande do Norte⁷ e Tocantins⁸, assim como na PM do Distrito Federal. Por sua vez, realizam a divulgação em site próprio as seguintes Corporações: PM de Alagoas, PM do Amazonas, PM de Rondônia, PM do Rio Grande do Sul, PM de Sergipe e PM de São Paulo. Adotam o sistema de repositório a PM do Maranhão e a PM do Paraná. Por seu turno, as Polícias Militares dos estados de Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso do Sul e de Roraima dispõem de outros mecanismos de divulgação não especificados. Por fim, os Comandantes-Gerais da PM do Piauí e da PM do Ceará informaram que em suas respectivas Corporações não há instrumento algum de difusão dos trabalhos científicos dos policiais militares.

Entretanto, para que o pesquisador policial se torne de fato o protagonista na produção dos estudos das Ciências Policiais, é necessário que ele esteja na vanguarda das pesquisas, liderando a produção dos conhecimentos. Isso requer que o policial cientista encabece o desenvolvimento teórico, metodológico e empírico nessa área, e que a agência policial à qual ele pertence estimule a publicação desses estudos.

O presente artigo defende que a construção do conhecimento científico na área das Ciências Policiais deve ser liderada pelo profissional da Segurança Pública, que deve ser proativo e comprometido na busca contínua dos saberes que possibilitarão o aprimoramento dos estudos referentes ao nicho da Segurança Pública e à compreensão do crime, da prevenção e da aplicação da lei. É fundamental que os operadores de segurança pública das diversas agências policiais assumam para si

⁴ <http://www.revistapmbaemfoco.pm.ba.gov.br/index.php/emfoco>.

⁵ <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/revista-cientifica.html>.

⁶ <https://www.pm.pa.gov.br/revista-cientifica.html>.

⁷ <http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista>.

⁸ <http://revistacientifica.pm.to.gov.br/index.php/guardioesdocerrado>.



o papel central na produção e publicação de obras, ensaios, teses, dissertações e artigos acerca de assuntos relevantes para o avanço das Ciências Policiais no país.

Podem ser apontadas diversas vantagens resultantes do protagonismo do operador de segurança pública na área das Ciências Policiais. Primeiramente, o fato de o pesquisador policial deter visão teórica e empírica na área das Ciências Policiais garante às pesquisas a oportunidade de encontrar alternativas mais acertadas para as problemáticas da segurança pública, visto que ele pode contribuir para a edificação de uma ponte entre a teoria e a prática policial, conforme teorizado pelos pesquisadores-policiais Silva Júnior, Rondon Filho, Silva, Gomes e Sandes (2022).

Além de uma produção acadêmico-científica, a obra citada é também uma produção técnico-profissional, que veio preencher uma lacuna nesse campo do saber, sobretudo porque é dirigida aos profissionais de segurança pública, sejam militares ou civis, mas também aos acadêmicos, visando minimizar o hiato construído entre instituições de segurança pública e academia, em especial (mas por outros aspectos também), devido às vicissitudes ocorridas no Brasil no período 1964-1985. Esse arranjo socioinstitucional, prejudicial ao país em uma sociedade democrática, ou em processo de solidificação de sua democracia, não pode continuar a existir.

Consequentemente, a partir do que foi exposto acima e por meio de outras ações político-institucionais decorrentes, outro benefício é que haverá um fortalecimento da credibilidade das Ciências Policiais no meio da comunidade acadêmica, pois a produção do conhecimento pelas mãos daquele que pode realizar a fusão da experiência prática e a rigidez acadêmica aproxima as instituições policiais e a universidade, alavancando a validação das pesquisas pela comunidade científica.

Outro benefício decorrente do protagonismo do pesquisador policial é a interação do operador de segurança pública com operadores de outras disciplinas, favorecendo a construção de uma plataforma de onde advirão novas abordagens e perspectivas para o enfrentamento técnico-científico, portanto, qualificado, do fenômeno da violência e do crime na sociedade.

Também não se pode o fato de que o pesquisador policial é detentor de conhecimento especializado, o que lhe permite ter uma visão mais incisiva para discorrer sobre questões específicas da práxis policial. Nesse sentido, o policial pesquisador possui a aptidão para analisar de forma crítica as técnicas e condutas adotadas pelos agentes policiais, identificando se houve falhas no *modus operandi* e sugerindo soluções fundamentadas em metodologias confiáveis. E uma vez que o pesquisador policial conhece a dinâmica das forças de segurança pública, ele pode guiar seus estudos em direção às demandas relevantes para o trabalho policial, apontando caminhos e estratégias que aprimorem a eficiência das operações.

Silva (2020) apresenta uma dessas tecnologias que podem ser transformadas em procedimentos, protocolos institucionais, que além de dar mais profissionalismo às corporações policiais, tornarão exequível a criação de uma agenda política junto às esferas governamentais - talvez uma das maiores barreiras que os profissionais pesquisadores enfrentam -, dado que o que ocorre é uma

agenda personalíssima, criada apenas por gestores e comandos, em detrimento de um planejamento estratégico institucional que possibilitaria a criação de um programa de Estado para as problemáticas da segurança pública e não meros programas de governos que são recorrentemente descontinuados.

Portanto, o protagonismo policial, decorrente de ações e/ou político-institucionais, pode proporcionar gradualmente o avanço do processo de profissionalização policial, em especial, a policial-militar, que, como desdobramento, possibilita o enfrentamento qualificado da violência e da criminalidade, conforme teorizado no capítulo 2 deste trabalho (Batista da Silva; Lopes da Silva Júnior, 2021; Silva; Almeida, 2022), em especial, as mortes violentas, letais e intencionais ocorridas na última década no país e também a violência policial e sua vitimação.

Nesse diapasão, é vital que as instituições policiais brasileiras, com destaque as Polícias Militares, fomentem a geração de obras literárias e de trabalhos científicos por parte de seus integrantes, gerando e fortalecendo um acervo especializado, por meio de um arcabouço técnico e acadêmico-científico na área das Ciências Policiais. Para isso, seus centros de ensino devem oferecer cursos de capacitação e programas de especialização com a colaboração de outras agências policiais e de outras entidades acadêmicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa constatou que, ao longo das últimas décadas, foi construído um conhecimento especializado no campo da Segurança Pública e do controle da criminalidade, o que propiciou a inserção das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil, mesmo que tardiamente em 2019, conforme destacou-se o referencial teórico.

Foi demonstrado que não é de hoje que os assuntos referentes à Segurança Pública são explorados por pesquisadores que não possuem a *expertise* policial, resultando, na maior parte das vezes, em estudos pouco aprofundados ou carentes de uma visão empírica da matéria, o que pode contribuir para uma visão distorcida da realidade. Ou seja, o incentivo político-institucional à pesquisa e à produção não apenas restrito às Ciências Policiais, mas ao campo Segurança Pública (de mais abrangência e capilaridade na tessitura social, não apenas contribuirá para a sedimentação profissional da atividade policial, como também tributará para o avanço da produção técnico-acadêmica com concepções plurais da sociedade, sobretudo com a proficiência do pesquisador do seu próprio campo técnico e científico – o policial.

À vista disso, este trabalho defendeu e buscou promover o reconhecimento da figura do pesquisador policial como o principal promotor na produção do conhecimento das Ciências Policiais, sendo o objetivo central do artigo identificar, nas Polícias Militares brasileiras a existência de programas para o incentivo de pesquisas e publicações na área das Ciências Policiais por parte dos integrantes dessas Corporações.



Verificou-se, por meio de pesquisa implementada através de questionário semiestruturado, que parte das Polícias Militares brasileiras já adota mecanismos de incentivo para que os integrantes de suas Corporações desenvolvam e continuem produzindo conhecimento científico na área das Ciências Policiais. Portanto, a hipótese de pesquisa foi parcialmente confirmada. Por outro lado, algumas outras Polícias ainda estão indiferentes a essa relevante empreitada.

Como se viu nos resultados da pesquisa, a adoção de programas ou projetos de incentivo para o pesquisador policial ainda se mostra bastante incipiente, situação essa que deve ser dirimida, uma vez que o policial é o maior especialista em sua área profissional e ele deve ser a voz ativa por excelência na produção do conhecimento relativo às Ciências Policiais

Nesse sentido, as limitações encontradas no presente trabalho foram: algumas Polícias Militares brasileiras não responderem à pesquisa, a maior parte das Polícias respondentes não ter programas de incentivo para os pesquisadores policiais e ainda haver algumas Polícias Militares que não possuem nenhum mecanismo de divulgação e publicação dos trabalhos científicos produzidos por seus integrantes.

Com base nisso, o presente artigo propõe que as instituições policiais, em especial as Polícias Militares, garantam condições para que seus profissionais desenvolvam habilidades acadêmicas, tenham acesso a cursos de especialização no campo da Segurança Pública e sejam estimulados a produzirem trabalhos científicos na área das Ciências Policiais, contribuindo assim para o amadurecimento e sedimentação profissional da instituição Polícia Militar, bem como para o aprimoramento dessa atividade profissional .

Em remate, mas sem a pretensão de esgotar a temática, o artigo ainda propõe que todas as Polícias Militares brasileiras instrumentalizem a publicação e divulgação das obras científicas feitas pelos policiais militares com temas relativos à Segurança Pública, a fim de se fundar um acervo teórico legítimo e sistemático na área das Ciências Policiais. Isso seria capaz de criar uma sólida tradição de profícua produção científica que se torne a referência primária disponível a todos os integrantes das forças policiais e a todos os demais pesquisadores desse relevante assunto.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ênio Antônio de. **Academia do Barro Branco**: a história da criação e implantação da escola de formação dos oficiais da força pública paulista na Campinas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2009.
- BABBIEL, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos humanos**: coisa de polícia. Passo Fundo: Paster Editora, 2003.
- BATISTA SILVA, J. A produção do conhecimento em segurança pública: a urgência da pesquisa científica e organizacional. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 55–61, 2018. DOI: 10.36776/ribsp.v1i1.5.
- BRAGA, Tiago Farias. Polícia comunitária, prevenção e ciências da comunicação: olhares tentativos e aproximações heurísticas para as ciências policiais In: COTTA, Francis Albert. **Ciências policiais e tecnologias inovadoras na segurança cidadã**. Jundiaí: Paco, 2022.
- DE MARCHI, Luiz Fernando Oliveira; BOVI, Lilian Leite Mantovani & DUTRA, Jaqueline Rech, MARCINEIRO, Nazareno. Ordem pública com candidato a objeto das ciências policiais. **Revista O Alferes**, Belo Horizonte, v. 35, n. 01, p. 259-282, jan-jun, 2025.
- ESPÍRITO SANTO JÚNIOR, Lúcio Emílio do; MEIRELES, Amauri. A era da grande reforma policial: o fio da meada. **Vigilantis Semper - Revista Científica de Segurança Pública** - e-ISSN 2764-3069 | ISSN 2764-5908, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 85–120, 2022. Disponível em: <https://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/69>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- GOMES, Paulo Jorge Valente. Dimensão histórica e atual da evolução da identidade das Ciências Policiais no Espaço Europeu In: **Ciências Policiais**: conceito, objeto e método da investigação científica. SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da. (Org.), p. 31-64, 2022.
- GREENE, Jack R. **Administração do trabalho policial**: questões e análises. Tradução de Ana Luísa Amêndoa Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCINEIRO, N.; PONTES, L. Q. S.; OLIVEIRA, L. P.; SILVA, T. V. da. (2025). Ciência para Polícia e Ciência da Polícia: Vertentes Componentes da Ciência Policial. **Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul - RevPMMS** - ISSN - 2965-8616, 2(2), 120-139.
- MARCINEIRO, Nazareno. **Ciências Policiais**. Florianópolis: Insular, 2021.
- MENEGAT, Jardelino; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **Métodos e técnicas de pesquisas científicas**. São Paulo: Dialética, 2021.

PEREIRA, Adriana Soares. *Et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

PEREIRA, Eliomar da Silva. **Introdução às Ciências Policiais**: a polícia entre ciência e política. São Paulo: Almedina, 2015.

REIS, Gilberto Protásio dos. Ciências Policiais e o aprimoramento do saber/fazer policial militar *in*: **Ciências Policiais**. MARCINEIRO, Nazareno (Org.), p. 130-149, 2021.

RONDON FILHO, Edson Benedito. **Socialização policial**: vivências e conflitualidades de policiais militares. Curitiba: Juruá, 2017.

RONDON FILHO, Edson Benedito; SANDES, Wilquerson Felizardo. Metodologia, métodos e tipos de pesquisa *in*: **Ciências Policiais**: conceito, objeto e método da investigação científica. Azor Lopes da Silva Júnior. (Org.), p. 131-231, 2022.

SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da. **MEC reconhece Ciências Policiais como área do saber**. São José do Rio Preto-SP: IBSP, 11 out. 2019. Disponível em: <https://ibsp.org.br/mec-reconhece-ciencias-policiais-como-area-do-saber/>

SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da. RONDON FILHO, Edson Benedito; SILVA, João Batista da; GOMES, Paulo Jorge Valente; SANDES, Wilquerson Felizardo. **Ciências Policiais**: conceito, objeto e método da investigação científica. (Org.) Azor Lopes da Silva Júnior. São José do Rio Preto, SP: HN, 2022.

SILVA, Airton Marques da. **Metodologia da pesquisa**. Fortaleza, CE: EDUECE, 2015.

SILVA, Edson Rosa Gomes da. Estudo das Ciências Policiais *in*: **Ciências Policiais**. MARCINEIRO, Nazareno (Org.), p. 70-99, 2021.

SILVA, João Batista da. A produção do conhecimento em segurança pública: a urgência da pesquisa científica e organizacional. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)** - ISSN 2595-2153, 1(1), 55–61.

SILVA, João Batista da. Dimensão histórica e atual da evolução da identidade das Ciências Policiais no Brasil *in*: **Ciências Policiais**: conceito, objeto e método da investigação científica. Azor Lopes da Silva Júnior. (Org.), p. 65-109, 2022.

SILVA, João Batista da. **Formação policial-militar no século XXI**: diagnósticos e perspectivas. Natal: Manimbu, 2017.

SILVA, João Batista da.; SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da. Vitimação policial militar no Rio Grande do Norte. **Vigilantis Semper - Revista Científica de Segurança Pública** - e_ISSN 2764-3069 | ISSN 2764-5908, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 77–86, 2021.

SILVA, João Batista da.; SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da. **Vitimização Policial Militar no RN**. Causas, consequências e perspectivas.pdf. Biblioteca digital do SUSP. 2020. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/5023>. Acesso em: 08 nov. 2023.